

ÍNDICE

PARTE I – INTRODUÇÃO	9
1. A importância das taxas ao nível local	11
a) Razões de ordem económica	11
b) Razões de ordem política e administrativa	16
c) O peso financeiro relativo das taxas locais	20
2. Enquadramento jurídico	24
a) Défice legislativo, défice doutrinário, défice jurisprudencial	24
b) O direito comunitário	26
c) O direito constitucional	31
d) A legislação ordinária	36
3. Os problemas das taxas locais	38
a) Monocultura do património	39
b) Multiplicação e incoerência	41
c) Arbitrariedade: a captura local das <i>utilities</i>	45
d) Técnica legislativa deficiente	47
4. As soluções do Regime das Taxas Locais	49
a) A diversificação da base de incidência	52
b) A simplificação das taxas locais	55
c) A fixação de princípios estruturantes	57
d) O aperfeiçoamento dos regulamentos locais	59
PARTE II – COMENTÁRIO	63
Artigo 1.º Âmbito	65
Artigo 2.º Legislação subsidiária	72
Artigo 3.º Taxas das autarquias locais	83
Artigo 4.º Princípio da equivalência jurídica	93
Artigo 5.º Princípio da justa repartição dos encargos públicos	101

Artigo 6.º	Incidência objectiva	109
Artigo 7.º	Incidência subjectiva	124
Artigo 8.º	Criação de taxas	131
Artigo 9.º	Actualização de valores	152
Artigo 10.º	Liquidação e cobrança	158
Artigo 11.º	Pagamento	162
Artigo 12.º	Incumprimento	166
Artigo 13.º	Publicidade	168
Artigo 14.º	Caducidade	171
Artigo 15.º	Prescrição	173
Artigo 16.º	Garantias	175
Artigo 17.º	Regime transitório	178
Artigo 18.º	Entrada em vigor	180
BIBLIOGRAFIA		181